

**HUB** Protocolo comercial Brasil-EUA entra em vigor ▶ **p3**

**PARANÁ** Cargas ferroviárias registram aumento de 6,4% ▶ **p7**

**PORTUGAL** Portos do Douro e Leixões apostam na energia das ondas ▶ **p7**



## Drawback é prorrogado por mais um ano

Decisão vai beneficiar mais de 2,5 mil exportadoras brasileiros ▶ **p3**



# EDITORIAL

## Impulso ferroviário

O uso do transporte ferroviário tem aumentado nos terminais marítimos do Paraná. A Portos do Paraná, autoridade portuária dos complexos desse estado, registrou uma alta de 6,4% na tonelage de cargas que chegaram ou saíram dessas instalações por trem, no primeiro quadrimestre do ano. Em 2021, foram 2,92 milhões de toneladas. Já neste ano, 3,11 milhões de toneladas.

As mercadorias mais movimentadas foram milho, soja, fertilizantes, derivados de petróleo e aquelas containerizadas, também segundo a Portos do Paraná.

E a empresa ainda faz planos de ampliar sua infraestrutura ferroviária, de modo a incentivar ainda mais a utilização de trens e vagões para o deslocamento das cargas entre os portos e o interior do País.

Estes são números que devem ser comemorados. Um dos grandes desafios da logística brasileira é a sua falta de integração entre os vários meios de transporte e o predomínio do rodoviário nas operações. Mas os dados apresentados pela Portos do Paraná mostram que a situação está mudando.

E essa evolução não melhora apenas as condições logísticas dos complexos marítimos do Estado. Ela também reduz custos, polui menos (relativamente à tonelage movida) e apresenta uma melhor eficiência energética.

O exemplo paranaense deve ser seguido pelas demais autoridades portuárias do País. E esse é um caminho que deve ser incentivado, quer seja por obras ou medidas administrativas, como isenções tarifárias. Mais do que nunca, o futuro logístico dos portos está nos trilhos.

## NESTA EDIÇÃO

FOTO  
AdobeStock



### ▲ CAPA

3 Drawback para exportações é prorrogado por mais um ano

### HUB

3 Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência Brasil-EUA entra em vigor

### NACIONAL

4 Exportações de milho devem aumentar 77,8%, aponta Conab

Comércio exterior da China cresce 9,6% em maio

5 Relator apresenta parecer ao PL que limita a aplicação de ICMS em combustíveis

Norsul cria rota para levar biodiesel ao Nordeste

### SUDESTE

6 ANTT homologa concessão do sistema Rio-Valadares à EcoRodovias

### SUL

7 Carga por trem cresce 6,4% nos portos do Paraná

### PORTUGAL

7 Portos do Douro e Leixões apostam na energia das ondas

### OPINIÃO

8 Métricas para a boa governança e o efetivo acompanhamento de indicadores ESG, por João Eduardo de Villemor Amaral Ayres e Rebecca Alonso Nascimento



**Sede**  
Alameda Campinas, 802, 6º andar,  
São Paulo, São Paulo  
01404-200, BR

**Sucursal Brasília**  
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110  
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul  
Brasília, Distrito Federal  
70340-000, BR

**Sucursal Santos**  
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,  
Santos, São Paulo  
11075-000, BR

[www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

**Diretor-presidente**  
Fabrício Julião

**Diretor-superintendente**  
Marcio Delfim

**Diretora Administrativo-financeira**  
Jacara Lima

**Diretor de Redação**  
Leopoldo Figueiredo

**Equipe de reportagem**  
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel  
e Tales Silveira

**Design Gráfico**  
Mônica Mathias

## FALE COM A GENTE

### ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para [atendimento@portalbenews.com.br](mailto:atendimento@portalbenews.com.br)

### INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em [www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

### PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail [publicidade@portalbenews.com.br](mailto:publicidade@portalbenews.com.br)





**LEOPOLDO FIGUEIREDO  
E COLABORADORES**  
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

#### BRASIL-ESTADOS UNIDOS 1

Entrou em vigor ontem o Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência Brasil-EUA, um pacote comercial firmado pelos dois países e que busca diminuir a burocracia no comércio exterior e o custo das operações de importação e exportação entre eles, além de modernizar a regulamentação dessas transações. A medida foi comemorada pela iniciativa privada, por facilitar a compra e venda de mercadorias entre o Brasil e seu segundo maior parceiro comercial.

#### BRASIL-ESTADOS UNIDOS 2

Entre os avanços que são obtidos com o protocolo, está a determinação de que, desde ontem, diante de um “erro menor” em uma transação aduaneira, a Receita Federal não pode penalizar um importador sem, antes, notificá-lo para corrigir a irregularidade.

#### BRASIL-ESTADOS UNIDOS 3

Para o Ministério da Economia, a parte do protocolo que trata da facilitação do comércio é “o texto mais avançado negociado nessa área pelo Brasil, indo além, em diversos aspectos, do Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da OMC (Organização Mundial do Comércio)”. Já o trecho sobre boas práticas regulatórias é, na prática, o primeiro acordo com cláusulas vinculantes adotado no País.

#### BRASIL-ESTADOS UNIDOS 4

O protocolo foi assinado em 19 de outubro de 2020, mas entrou em vigor ontem, com a promulgação do Decreto Presidencial 11.092/2022, publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira.

#### AÇÚCAR

O transporte de açúcar do Triângulo Mineiro ao Porto de Santos poderá ser realizado de forma mais rápida e eficiente, com o início das atividades do terminal rodoferroviário Comendador Rubem Montenegro Wanderley, localizado em Iturama (MG), Representando um investimento privado de R\$ 95 mi, a unidade foi inaugurada na última quinta-feira, com a participação do ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio. O terminal é empreendimento da Usina Coruripe para facilitar o escoamento da carga pela Malha Central (Ferrovia Norte-Sul), administrada pela Rumo.

A NOVA LEI PERMITE AINDA A DESONERAÇÃO DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (AFRMM), INCIDENTE SOBRE AS IMPORTAÇÕES DE INSUMOS NO ÂMBITO DO REGIME DE DRAWBACK ISENÇÃO. A MEDIDA ENTRARÁ EM VIGOR EM 1º DE JANEIRO DE 2023

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

Exportadores brasileiros poderão realizar operações relacionadas aos regimes de drawback por mais um ano. O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou na última quarta-feira (8) a Lei nº 14.366, que permite a prorrogação excepcional. Por meio da medida, o Governo Federal concede isenção e suspensão de alguns tributos sobre materiais utilizados para a fabricação de mercadorias destinadas à exportação.

A legislação vai beneficiar mais de 2,5 mil empresas brasileiras. A quantidade leva em consideração as companhias que utilizaram o regime em 2021: segundo o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), nesse ano, 1.961 usaram para a suspensão dos tributos e 696, para isenção.

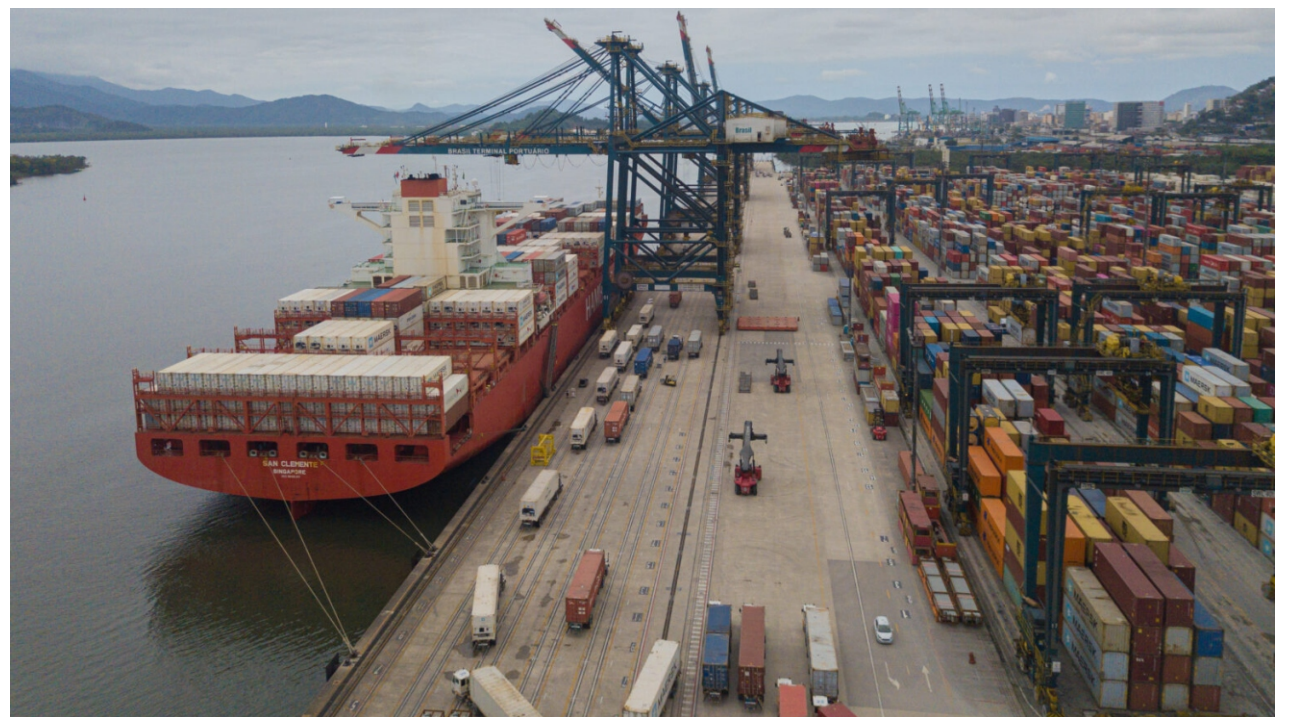
Com a prorrogação, o Governo quer estimular as exportações e reduzir os impactos da atual crise global. “Tendo em vista a continuidade dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a economia mundial — sobretudo os impactos gerados na cadeia global de suprimentos, agravados mais recentemente pelo conflito militar na Ucrânia —, a prorrogação de prazos para cumprimento dos regimes de drawback suspensão e isenção é uma ação fundamental para evitar consequências desfavoráveis às empresas brasileiras que produzem e exportam os seus produtos para outros países”, afirmou o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), em 2021 foram exportados US\$ 61 bilhões com o emprego do mecanismo de drawback, o que representa 21,9% das vendas externas totais do Brasil no período. A extensão de prazo

# Drawbac para exportações é prorrogado por mais um ano

O Governo Federal sancionou a Lei nº 14.366, de concessão de isenção e suspensão de alguns tributos sobre materiais utilizados para a fabricação de mercadorias destinadas ao comércio internacional

Divulgação/SPA



Segundo a Secex, em 2021 foram exportados US\$ 61 bilhões com o emprego de drawback, o que representa 21,9% das vendas externas totais do Brasil no período

autorizada pela nova lei foi originalmente apresentada pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 1.079, de 14 de dezembro de 2021, e abrange tanto os atos concessórios de drawback com vencimento em 2021 como aqueles com validade até 2022.

#### Desoneração nas importações

Outra importante novidade adotada com a sanção da nova lei é a desoneração do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), incidente sobre as importações de insumos no âmbito do regime de drawback isenção. Para atender às normas sobre responsabilidade fiscal do País, a medida entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Até a metade de 2018, o Governo Federal concedia a isenção do AFRMM exigido sobre as compras de mercadorias importadas dentro dos regimes de drawback suspensão e isenção. No entanto, o entendimento acerca da matéria mudou e o tributo começou a ser cobrado no contexto do drawback isenção.

Agora, o novo dispositivo sancionado soluciona o problema de discriminação e incongruência fiscal entre os diferentes regimes de drawback, ao restabelecer a har-

monização do tratamento de desoneração do AFRMM. A medida aumenta a competitividade externa das empresas brasileiras, a partir da redução do custo de aquisição de itens utilizados na produção de bens que serão exportados.

Os dados da Secex mostram que o número de empresas que utilizam o drawback isenção está em crescimento, passando de 332 em 2015 para 696 no ano passado.

#### Investigação de origem

A lei sancionada também revoga o artigo 38 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que regulava a concessão de licença de importação em operações sujeitas a investigação de origem não preferencial. Pelo artigo, a licença somente seria aprovada após a conclusão da investigação, que ocorre quando há suspeitas de falsa declaração do país de origem pelos importadores para evitar o pagamento de medidas de defesa comercial — como os direitos antidumping — impostas pelo Governo brasileiro.

A revogação foi necessária para ajustar os procedimentos à Lei do Ambiente de Negócios (Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021), que eliminou a exigência desse licenciamento na hipótese de investigação e

reforçou a aplicação de penalidades em caso de serem detectadas condutas ilícitas na importação.

#### Remuneração do FAT Cambial

Em outra frente, a nova lei moderniza a legislação brasileira para acompanhar as mudanças no cenário financeiro internacional. Segundo a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Ana Paula Repezza, com a descontinuidade de divulgação da taxa Libor e a migração das principais agências de crédito à exportação para outras taxas, foi necessária uma atualização dos indicadores financeiros no âmbito dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) utilizados para apoio à exportação, por meio das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O novo normativo permite a continuidade do apoio oficial, mas com um aprimoramento, já que o BNDES passa a contar com fundos remunerados a taxas alinhadas à prática internacional, com a possibilidade de concessão de empréstimos em qualquer moeda de livre conversibilidade, contribuindo, assim, para a competitividade das exportações brasileiras”, explicou Repezza.



## NACIONAL

# Comércio exterior da China cresce 9,6% em maio

A Administração Geral das Alfândegas da China divulgou ainda o aumento de 8,3% no volume total de exportações e importações nos primeiros cinco meses do ano, em comparação a igual período do ano anterior

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

O comércio exterior chinês apresenta crescimento pelo segundo mês consecutivo. As exportações e as importações subiram 9,6% em maio, em comparação a igual mês do ano anterior, totalizando 3,45 trilhões de yuans, segundo a Administração Geral das Alfândegas da China. Em abril, o volume de embarques e desembarques apresentou um ligeiro aumento de 0,1%.

Conforme o órgão oficial, nos primeiros cinco meses do ano, o volume de comércio exterior do país cresceu 8,3% em comparação ao período de janeiro a maio de 2021, chegando a 16,04 trilhões de yuans, superando o crescimento de 7,9% registrado no período de janeiro a abril.

Em termos de dólares norte-americanos, o comércio exterior total chegou a US\$2,51 trilhões no período de cinco meses, um aumento anual de 10,3%.

As exportações registraram um aumento de 11,4% no período de janeiro a maio,



Divulgação

As exportações registraram um aumento de 11,4% e as importações, de 4,7%, no período de janeiro a maio, comparado aos primeiros cinco meses do ano passado

comparado aos primeiros cinco meses do ano passado, enquanto as importações expandiram 4,7%, resultando em um superavit de 1,84 trilhão de yuans.

De acordo com a Administração Geral das Alfândegas, produtos mecânicos e elétricos puxaram as exportações com um aumento de 7%, representando 57,2% do total. Já produtos intensivos de mão de obra vêm em segundo lugar, com elevação de 11,6% nos embarques para o exterior nos primeiros cinco meses do ano.

As trocas comerciais entre

**DE ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS, PRODUTOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS PUXARAM AS EXPORTAÇÕES COM UM AUMENTO DE 7%, REPRESENTANDO 57,2% DO TOTAL. JÁ PRODUTOS INTENSIVOS DE MÃO DE OBRA VÊM EM SEGUNDO LUGAR, COM ELEVAÇÃO DE 11,6% NOS EMBARQUES PARA O EXTERIOR NOS PRIMEIROS CINCO MESES DO ANO**

a China e seus três maiores parceiros também subiram neste ano em comparação ao ano anterior, segundo o governo: de 8,1% com a Associação das Nações do Sudeste Asiático, de 7% com a União Europeia e de 10,1% com os Estados Unidos.

De janeiro a maio, o comércio da China com os países do Cinturão e Rota saltou 16,8% em termos anuais, para 5,11 trilhões de yuans.

As empresas privadas registraram crescimento acelerado com suas importações e exportações subindo 11,8%,

totalizando 7,86 trilhões de yuans nos cinco meses, o que representa 49% do total do país e um aumento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

## Lockdown: relaxamento e retomada

Vale lembrar que, apesar do lockdown imposto em março pelo governo chinês para conter a nova onda de Covid-19, os portos nunca foram fechados, mas as operações desaceleraram devido à falta de mão de obra nas zonas portuárias e de motoristas no transporte de cargas, o que provocou congestionamentos de navios e agravou a falta global de contêineres. As operações voltaram a crescer após o relaxamento do lockdown, principalmente em Xangai, onde está situado o maior porto do país.

No entanto, segundo divulgaram agências de notícias, ontem, as cidades de Xangai e Pequim impuseram novas restrições de lockdown após alerta de avanço da Covid-19.

## Exportações de milho devem aumentar 77,8%, aponta Conab

Levantamento da Companhia Nacional de Habitação estima um volume de 37 milhões de toneladas neste ano

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

As exportações de milho devem aumentar 77,8% em relação ao ano anterior, com estimativa de 37 milhões de toneladas. Os números constam no 9º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na última quarta-feira (8).

Em relação ao grão, a Conab prevê uma alta de 7,15% no estoque de passagem, ou seja, no estoque mínimo existente próximo à nova colheita, mesmo com o aumento da demanda internacional pelo cereal brasileiro.

Segundo o levantamento,

houve uma recuperação de 32,3% na produção de milho nesta temporada. Com uma produção estável na primeira safra do cereal, próximo a 24,8 milhões de toneladas, a segunda safra do grão tende a registrar uma elevação de aproximadamente 45% se comparada com o ciclo anterior, passando de 60,7 milhões de toneladas para 88 milhões de toneladas. “No entanto, ainda precisamos acompanhar o desenvolvimento das lavouras, principalmente nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Nesses locais, a cultura se encontra em estágios de desenvolvimento em que o clima exerce grande influência no resultado. Considerando a segunda safra, cerca de 25,5% do milho do País ainda está sob influência do clima”, explicou o

diretor de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas da Conab, Sergio De Zen.

De acordo com o Progresso de Safra, publicado nesta semana pela estatal, a colheita do cereal de segunda safra está em fase inicial, sendo Mato Grosso o estado com a maior área colhida registrada.

### Safra 2021/22

A partir deste levantamento, a Conab estima um novo recorde para a safra brasileira de grãos 2021/22, de 271,3 milhões de toneladas. O volume representa um incremento de 6,2% sobre a temporada anterior, o que significa cerca de 15,8 milhões de toneladas.

### Alta de 5% nas exportações de trigo

Já em relação ao trigo, a Conab

estima um aumento de 5% nas exportações, referente à safra 2021, comercializada de agosto de 2021 a julho de 2022. Na próxima produção a ser comercializada entre agosto de 2022 e julho de 2023, o incremento nas vendas externas chega a 50%, passando de mil toneladas para 1,5 mil toneladas

### Queda nas exportações de soja

No caso da soja, os esmagamentos da oleaginosa se apresentam em alta. Já as vendas para o mercado externo estão reduzidas, com isso a previsão de embarque do grão foi atualizada para 75,23 milhões de toneladas. Outro destaque é a queda de 415 mil toneladas na estimativa de consumo interno de óleo de soja, em

relação ao consumo de 2021, acarretada pela menor produção de biodiesel nos quatro primeiros meses de 2022, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP.

### Algodão, arroz e feijão

Neste levantamento, a Conab manteve as projeções de importação e exportação da safra 2021/2022 também para algodão, arroz e feijão. Com a manutenção dessas expectativas, os estoques finais para arroz e feijão foram reduzidos, em virtude da amena queda na produção, sendo estimados em aproximadamente 2 milhões de toneladas e 251 mil toneladas respectivamente. No algodão, houve redução no consumo interno, passando de 765 mil para 750 mil toneladas.



# Relator apresenta parecer ao PL que limita a aplicação de ICMS

Votação do projeto de lei com avaliação do senador Fernando Bezerra deverá acontecer segunda-feira (13)

Divulgação/Senado

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br



Segundo Bezerra, tanto a União quanto estados e municípios devem fazer um esforço para diminuir tributos sobre os combustíveis

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) apresentou, nesta quinta-feira (9), o seu relatório do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que limita a aplicação de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis.

A proposta inclui combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte na categoria de bens e serviços essenciais, o que impede a aplicação de tributos com alíquotas iguais às dos produtos listados como supérfluos.

Entre as principais alterações propostas por Bezerra, que é o relator do PLP no Senado, está a mudança no gatilho compensatório proposto pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados. O projeto aprovado pelos depu-

tados previa que o gatilho seria acionado caso o estado ou município comprovasse uma perda superior a 5% de arrecadação no recolhimento total do ICMS sobre todos os produtos.

O novo relatório determina que o gatilho de 5% seja

acionado apenas em relação aos bens e serviços definidos dentro do PLP 18/2022 – combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Além disso, a compensação será feita sobre o serviço da dívida e não sobre o estoque.

Durante a leitura de seu

voto, Bezerra defendeu que os mecanismos propostos garantirão que a União tenha uma maior participação na compensação dos governos estaduais. Segundo o parlamentar, o governo deverá abrir mão de mais de R\$ 32 bilhões de receita.

“A conta não será exclu-

sivamente paga pelos estados. O sacrifício desses entes federativos não poderia passar sem que a União desse a sua contrapartida. Essa é, ao nosso ver, a grande contribuição do Senado para a proposta”, disse.

Após a leitura do relatório, o plenário partiu para o debate entre os senadores. Todos os parlamentares concordaram sobre a necessidade de combater a alta dos preços dos combustíveis no País. Contudo, não há consenso quanto à forma de compensação para estados e municípios.

Os parlamentares de oposição consideram a medida eleitoreira, que pode prejudicar os governos locais sem surtir o efeito desejado que é baixar os valores na bomba. A maioria defendeu a criação de fundo de equalização usando recursos de dividendos da Petrobras.

Ao final das discussões ficou definido que o projeto deverá ser votado na próxima segunda-feira (13). Até lá os parlamentares poderão propor emendas ao projeto.

## NORSUL CRIA ROTA PARA LEVAR BIODIESEL AO NORDESTE

O processo para a operacionalização da inédita rota levou 90 dias e teve a parceria da empresa BSBIOS

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

A Norsul, empresa de logística multimodal, criou uma rota inédita de cabotagem para

transportar o biodiesel da empresa brasileira BSBIOS, do ECB Group. A viagem foi realizada pelo navio Taruca, em um trajeto que durou 14 dias entre o Porto de Paranaguá, no Paraná, até o Porto de Suape, em Pernambuco.

O processo para a opera-

cionalização da nova rota levou 90 dias e contou com integração das equipes de ambas as empresas. A operação marcou a estreia do fornecimento do biocombustível da BSBIOS para a região Nordeste.

Ao todo, foram transportados quatro milhões de litros

de biodiesel, que saíram da usina da BSBIOS em Marialva, no Paraná, e serão fornecidos a três distribuidoras de combustíveis no Nordeste.

A operação beneficia as duas companhias porque fomenta a expansão dos negócios da BSBIOS ao mesmo tempo em que amplia as rotas da Norsul. “Estamos muito felizes e satisfeitos em desenvolver uma nova rota de mercado a quatro mãos. Chegamos pela primeira vez neste formato com o nosso biodiesel à região Nordeste, ampliando ainda mais a nossa atuação e levando produtos de qualidade e excelência que contribuem para a descarbonização”, disse Leandro Luiz Zat, Diretor Comercial da BSBIOS.

### Zero emissão

O transporte foi feito com neutralização de 100% das emissões de gases de efeito

estufa, resultado possível devido ao Programa Carbono Neutro Norsul, que já contabiliza mais de 450.000 toneladas de CO2 neutralizadas desde o início do projeto, em 2020. Com isso, a Norsul é a primeira empresa de cabotagem que opera com zero emissão de carbono no Brasil.

O programa foi certificado internacionalmente e busca ajudar a reverter a tendência de desmatamento na Floresta Amazônica brasileira e evitar a degradação da cobertura vegetal. A ação funciona pela aquisição de créditos de carbono, que são gerados por atividades de conservação na região.

Ao comprar esses créditos, a Norsul diz investir na redução do desmatamento, apoiar a conservação de estoques de carbono e incentivar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Para viabilizar este processo, a Norsul tem como parceira a Bioflica, empresa líder no desenvolvimento de projetos de carbono florestal.

Divulgação



A operação marcou a estreia do fornecimento do biocombustível da BSBIOS para a região Nordeste



## REGIÃO SUDESTE

# ANTT homologa concessão do sistema Rio-Valadares à EcoRodovias

A nova concessionária ofereceu deságio de 3,11% sobre a tarifa básica de pedágio e investirá R\$ 11,3 bilhões em 30 anos de contrato

Divulgação/ANTT



▲ EcoRodovias foi a única proponente do leilão da Rio-Valadares, oferecendo deságio de 3,11% sobre a tarifa básica de pedágio, e investirá R\$ 11,3 bilhões em 30 anos de contrato

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

Por unanimidade, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou, nesta quinta-feira (9), o contrato de concessão do sistema rodoviário BR-116/493/465/RJ/MG, que liga o Rio de Janeiro (RJ) a Governador Valadares (MG). A decisão deverá ser publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (10).

O leilão do trecho aconteceu no dia 20 de maio e foi vencido pelo grupo EcoRodovias Concessões e Serviços S.A, que apresentou desconto de 3,11% na tarifa básica do pedágio.

A empresa ficará responsável pelo investimento de R\$ 11,3 bilhões e custos operacionais de R\$ 9,86 bilhões, o que totaliza cerca de R\$ 21,15 bilhões a serem aplicados ao longo dos 30 anos de concessão. Ao todo, o sistema viário possui 726,9 quilômetros de extensão.

Conforme o edital, são estimados R\$ 4 bilhões para obras e intervenções na BR-

116/RJ; R\$ 1,5 bilhão para a BR-493/RJ, conhecida como Arco Metropolitano; R\$ 300 milhões para a BR-465/RJ; e R\$ 5,5 bilhões para a BR-116/MG.

Segundo o contrato de concessão, na Serra de Teresópolis (RJ) está prevista a ampliação da capacidade da rodovia em 7,7 quilômetros, como forma de aumentar a segurança e a fluidez no trânsito e diminuir o impacto ambiental na região.

“Mais um ativo leiloadado de forma exitosa em parceria com o Ministério da Infraestrutura e a EPL (Empresa de Planejamento de Logística). É uma rodovia de extrema importância para os estados do Rio e Minas Gerais. Foi todo um esforço da nossa procuradoria para a manutenção do leilão”, disse o relator, diretor Guilherme Rodrigues, ao pronunciar seu voto pela aprovação do contrato de concessão.

#### Seis trechos

A Rio-Valadares é dividida em seis trechos que cortam 37 municípios, sendo 14 no estado do Rio de Janeiro e 22 em Minas Gerais. A rodovia é con-

siderada estratégica pela extensão e pelo volume de tráfego. Também é a única rota disponível, a partir da capital fluminense, para contornar a Baía de Guanabara. O trecho permite o acesso à Região dos Lagos e ao norte do estado.

Ao longo dos trinta anos, a EcoRodovias deverá realizar obras e intervenções como 309 quilômetros de duplicações e 245,2 quilômetros de faixas adicionais; 61 quilômetros de vias marginais; 775 acessos; três áreas de escape; 75 passarelas; 462 pontos de ônibus e 68 passagens de fauna. A estimativa é que as obras gerem cerca de 155 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda.

#### Inovações

A concessão possuiu uma série de inovações trazidas pelos novos editais produzidos pela agência. Destaque para a tarifa diferenciada de pista dupla e simples. As Tarifas Básicas de Pedágio (TBP) definidas são de R\$0,16092 por quilômetro para pista simples, sendo a pista duplicada de R\$ 0,22528 por

quilômetro (40% maior em relação à tarifa de pista simples).

Na modelagem, está previsto que as tarifas de pedágio sejam reduzidas de forma progressiva. Assim como será adotado o sistema FreeFlow de cobrança por livre passagem na Região Metropolitana do RJ a partir do sexto ano de vigência.

#### Novo Procurador

Essa foi a primeira reunião de

diretoria com o novo procurador geral da ANTT junto à Advocacia-Geral da União (AGU), Mauro Sérgio Moreira. A cerimônia de posse havia acontecido na última quarta-feira (8).

O novo procurador assume um cargo que tem como atribuição representar a ANTT perante a Justiça, além de respaldar juridicamente os processos técnicos da agência.

#### • Rodovia BR-116/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevo das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ) (46,6 km);

#### • Rodovia BR-116/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-393, no distrito de Jamapará (RJ), e o entroncamento com a BR-040(A)/493(B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ) (146,3 km);

#### • Rodovia BR-116/MG

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (409,6 km);

#### • Rodovia BR-493/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ) (26,0 km);

#### • Rodovia BR-493/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-040/116(B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ) (75,6 km);

#### • Rodovia BR-465/RJ

Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101 (22,8 km).



## REGIÃO SUL

# Carga por trem cresce 6,4% nos portos do Paraná

Em 2022, foram escoados por este modal 3,11 milhões de toneladas, contra 2,92 milhões registrados em 2021.

Cláudio Neves

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

O volume de carga que chega e sai por trilhos dos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, aumentou 6,4% no primeiro quadrimestre deste ano, se comparado ao mesmo período do ano passado. Em 2022, foram escoados por este modal 3,11 milhões de toneladas, contra 2,92 milhões registrados em 2021.

O total de cargas movimentadas pelos complexos também subiu. De janeiro a abril de 2022 foram contabilizadas 18,69 milhões de toneladas, acréscimo de 2,23% sobre 2021, com 18,28 milhões.

Os produtos que mais aumentaram a participação no modal ferroviário foram milho, soja, fertilizantes, derivados de petróleo e contêineres. “Em trens, recebemos milho, soja, farelos, algumas cargas em contêineres – como o frango e açúcar, em produtos destinados à exportação”, explicou o



Os produtos que mais aumentaram a participação no modal ferroviário foram milho, soja, fertilizantes, derivados de petróleo e contêineres.

diretor de Operações, Luiz Teixeira da Silva Júnior.

Segundo ele, no sentido contrário, saem para o interior em vagões, principalmente, fertilizantes, algum volume de carga containerizada e derivados de petróleo.

No primeiro quadrimestre do ano passado, 7% do volume

de milho exportado pelo Porto de Paranaguá chegou em vagões. Neste ano, subiu para 11%. De soja, passou de 28% para 29%. Entre os fertilizantes destinados para o interior, essa participação foi de 2% para 5%. “A alta no transporte dos derivados de petróleo e dos contêineres em vagões destaca-se

ainda mais”, comentou Teixeira. Do líquido, de nenhum volume chegando ou saindo de trem, de janeiro a abril de 2021, passou para uma participação de 12% no modal.

Já entre as cargas em contêineres, 13% de todo o volume movimentado no período (3.771.363 toneladas)

DUAS OBRAS DO ESTADO COM O OBJETIVO DE FOMENTAR AINDA MAIS O TRANSPORTE FERROVIÁRIO SÃO A NOVA FERROESTE E O PROJETO CAIS LESTE (MOEGÃO), EM FASE DE LICITAÇÃO

chegou ou saiu do porto pela ferrovia, no primeiro quadrimestre do ano. No ano passado, foram 8% do total de 3.680.683 toneladas.

“Temos projetos avançando para aumentar ainda mais a participação do modal ferroviário nos portos do Paraná”, mencionou o diretor de Operações. “Por exemplo, a Klabin se instalando no terminal na área portuária trará de volta o trem até o costado”.

Dois obras do Estado com o objetivo de fomentar ainda mais esse transporte são a Nova Ferroeste e o projeto Cais Leste (Moegão), em fase de licitação.

## PORTUGAL

# Portos do Douro e Leixões apostam na energia das ondas

Autoridade portuária planeja investir em um núcleo que produza energia oriunda da força das ondas, além de um parque eólico e um solar

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

A Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL), de Portugal, quer ser autossuficiente na geração de energia e neutralizar a emissão de gases até 2035. Para isso, planeja investir em um núcleo que produza energia oriunda da força das ondas, chamada de ondomotriz, além de um parque eólico e um solar.

Para aproveitar a potência das ondas, serão usadas dezenas de flutuadores amarrados ao molhe norte da foz do Douro, cuja agitação marítima acionará a geração de energia elétrica, registrando uma potência de um a cinco megawatt (MW), podendo produzir até



Divulgação

Segundo o presidente da APDL, Nuno Araújo, o investimento varia de 3 milhões a 15 milhões de euros e vai alavancar a meta de neutralizar a emissão de carbono das instalações e das operações portuárias do Douro e Leixões

15 gigawatt-hora (GWh) de força por ano.

Segundo o presidente da APDL, Nuno Araújo, o investimento varia de 3 milhões a 15 milhões de euros e vai alavancar a meta de neutralizar a emissão de carbono das instalações e operações portuárias,

incluindo o fornecimento de energia aos navios atracados, o que eliminará o atual método, que usa geradores a diesel.

Porém, o projeto sofreu críticas de arquitetos que estiveram presentes na primeira sessão de apresentação da ideia, realizada em março

pela APDL. De acordo com os presentes, haverá grande impacto visual na paisagem do estuário, causado pelos flutuadores e equipamentos necessários para transformar a força das ondas em energia. Além disso, eles citaram que é preciso preservar a memória cultural dos povos locais.

A simulação do projeto aos convidados foi feita pela empresa sueca Eco Wave Power (EWP), que trabalha com soluções tecnológicas neste sentido. Mas a APDL abriu, em 14 de fevereiro, uma consulta pública para que outras companhias do setor apresentem suas propostas.

O projeto da APDL que visa produzir um “mix” de energias renováveis a partir das ondas, do vento e do sol, já tem três anos. O estudo foi

feito em um concurso internacional oferecido pelo Estado, no qual os portos portugueses participaram.

No momento, segundo a autoridade portuária, há somente um processo de discussão preparatório que inclui ouvir a população e todos os interessados antes de qualquer processo de estudo de impactos, consulta pública e licenciamento.

A APDL planeja também uma possível instalação de aerogeradores na zona do porto de Leixões, com o objetivo de produzir energia eólica, bem como a instalação de painéis solares.

Além do autoconsumo para as atividades portuárias diárias, a APDL quer usar a energia limpa destas soluções em seu projeto de produção de hidrogênio verde.



## OPINIÃO



**JOÃO EDUARDO AMARAL**  
Diretor Geral e de Operações  
da iniciativa Voz dos Oceanos e  
presidente do Conselho ESG do  
Fórum Brasil Export  
[opinio@portalbenews.com.br](mailto:opinio@portalbenews.com.br)



**REBECCA ALONSO NASCIMENTO**  
Secretária do Conselho ESG  
do Fórum Brasil Export e Advogada  
do J Amaral Advogados e da iniciativa  
Voz dos Oceanos  
[opinio@portalbenews.com.br](mailto:opinio@portalbenews.com.br)

► ESG

## Métricas para a boa governança e o efetivo acompanhamento de indicadores ESG



Teoria e prática, planejamento e aplicação. O alinhamento e a combinação desses fatores são medidas basilares quando falamos em alcançar metas efetivas, o que não poderia ser diferente quando tratamos do tema ESG. No contexto da sustentabilidade, para além de estipular e divulgar referidas metas – teoria e planejamento – é necessária a adoção de formas concretas de se mensurar o cumprimento e a efetividade dos compromissos sustentáveis assumidos pelas empresas – prática e aplicação.

É nesse sentido que, anualmente, companhias de capital aberto divulgam ao mercado seus respectivos relatórios de sustentabilidade, fornecendo informações à sociedade acerca das práticas e dos avanços na agenda sustentável, seja pela apresentação de seus projetos ou pela demonstração de dados e números concretos.

Além de proporcionar ao mercado e ao setor público – em especial aos órgãos reguladores – os elementos necessários para avaliação do progresso das empresas nos abrangentes temas de sustentabilidade, os relatórios viabilizam aos investidores – cada vez mais voltados para negócios sustentáveis – a transparência das ações ESG e dos resultados alcançados por estas instituições.

Ponto fundamental desses relatórios, portanto, é a divulgação das métricas empregadas pelas companhias, utilizadas para acompanhamento e controle das metas e projetos por elas estipulados. São essas métricas que, igualmente, irão fundamentar e esclarecer todos os indicadores (KPIs) de sustentabilidade divulgados, direcionados pelos valores, objetivos e ramos de atuação de cada uma dessas empresas.

Em termos ambientais, a métrica mais utilizada, e normalmente mais amplamente divulgada, é a de controle e verificação das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE), por meio das pegadas de carbono – do inglês carbon footprints. Não obstante, diversas companhias ampliam ainda mais o seu comprometimento, adotando critérios de eficiência hídrica, utilizando-se de adequadas técnicas de gestão de resíduos, e desenvolvendo, outrossim, tecnologias para uso eficiente de recursos naturais. Para mais, são também utilizadas métricas relacionadas à reciclagem de materiais e ao investimento na criação de produtos mais sustentáveis aos consumidores. Não podemos, no entanto, desconsiderar tantas outras métricas ambientais utilizadas, como é o caso do controle da performance ambiental, por meio da realização de auditorias acerca do cumprimento de normas nacionais e internacionais, como ISO, OHSAS e SASSMAQ, bem como a realização de ações de conscientização ambiental, para os ambientes interno

– colaboradores e administradores – e externo – shareholders e stakeholders – da companhia.

Em complemento, outra importante medida são as diligências adotadas pelas companhias em casos emergenciais, como em situações, por exemplo, de vazamentos de óleo e substâncias químicas, nocivas ao meio ambiente e à biodiversidade. Igualmente relevante, temos a métrica relacionada ao constante monitoramento do cumprimento da legislação e regulação ambiental.

Com relação às métricas de caráter social, observamos a adoção, pelas companhias, de medidas de segurança do trabalho, além da execução de construções sustentáveis para adequações dos locais de trabalho, levando-se em conta importantíssimos fatores atuais, o trabalho remoto e o home office. Projetos para desenvolvimento dos colaboradores, oferecimento de treinamentos e cursos técnicos, incentivo a jovens aprendizes e políticas de diversidade e inclusão também ganham destaque das empresas que apresentam métricas dimensionáveis.

Outro assunto em evidência são as ações tomadas para o aumento do número de mulheres em cargos de liderança, em especial em cadeiras da alta gestão e administração dentro das companhias, com a adoção, por exemplo, dos Women Empowerment Principles.

No que diz respeito às métricas relacionadas à seara da governança, percebemos a divulgação, pelas companhias, dos organogramas de suas estruturas internas voltadas especificamente à sustentabilidade, como Diretorias, Conselhos e Comitês de Sustentabilidade. Além disso, é certo que a própria divulgação anual do relatório de sustentabilidade, construído com base na metodologia do Global Reporting Initiative (GRI), é um excelente e importante indicador de boa governança.

Ademais, é métrica largamente mensurável a listagem da companhia no segmento do Novo Mercado da B3. Tal segmento indica as empresas que seguem as melhores práticas voltadas para desenvolvimento social, padrão “ouro” de governança corporativa e gestão responsável do meio ambiente.

Por fim, merece atenção especial a indicação, pela companhia, de que suas ações integram a carteira de ativos do índice S&P/B3 Brasil ESG, que tem como requisitos obrigatórios a serem observados a adesão ao Pacto Global e a não participação em setores como os de armas, tabaco e carvão térmico. Para integrar essa carteira de ativos, a empresa deve atingir determinada pontuação ESG da S&P DJI referente à avaliação de sua sustentabilidade corporativa, além de manter elevados padrões de transparência perante os seus stakeholders.

PONTO FUNDAMENTAL DESSES RELATÓRIOS, PORTANTO, É A DIVULGAÇÃO DAS MÉTRICAS EMPREGADAS PELAS COMPANHIAS, UTILIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS METAS E PROJETOS POR ELAS ESTIPULADOS. SÃO ESSAS MÉTRICAS QUE, IGUALMENTE, IRÃO FUNDAMENTAR E ESCLARECER TODOS OS INDICADORES (KPIs) DE SUSTENTABILIDADE DIVULGADOS, DIRECIONADOS PELOS VALORES, OBJETIVOS E RAMOS DE ATUAÇÃO DE CADA UMA DESSAS EMPRESAS